

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANALISTA LEGISLATIVO PROCESSO LEGISLATIVO E GESTÃO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Redação Discursiva
- ▶ Língua Inglesa
- ▶ Raciocínio Lógico e Analítico
- ▶ Administração Pública
- ▶ Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Regimento Comum do Congresso Nacional e Código De Ética
- ▶ Ciência Política
- ▶ Noções de Tecnologia da Informação e Dados
- ▶ Direito Administrativo (On-line)
- ▶ Direito Constitucional e Processo Legislativo (On-line)
- ▶ Governança, Estratégia e Gestão (On-line)



Questões gabaritadas
da Banca - Cebraspe
Legislação comentada
Conteúdo de acordo
com o Edital

DE ACORDO COM O EDITAL DE nº 01/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Analista Legislativo – Processo Legislativo e Gestão

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Analista Legislativo de acordo com o Edital nº 01/2025, da Câmara dos Deputados*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da *banca Cebraspe*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Direito Administrativo e Direito Constitucional e Processo Legislativo disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	13
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.....	15
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	26
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.....	27
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	27
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO	32
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	39
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	40
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	43
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	51
Colocação dos Pronomes Átonos	60
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	61
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	68
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE.....	71
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	73
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	73
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO; REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO; REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	76
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	89
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	89
LÍNGUA INGLESA.....	117

■ CONHECIMENTO DE VOCABULÁRIO FUNDAMENTAL E DE ASPECTOS GRAMATICAIS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DE TEXTOS.....	117
RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO	161
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL).....	161
PROPOSIÇÕES SIMPLES	161
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	164
TABELAS-VERDADE	166
■ EQUIVALÊNCIAS	169
■ ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	179
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES	180
■ COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELLECTUAIS: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	181
RACIOCÍNIO VERBAL	181
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	181
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL E RECONHECIMENTO DE PADRÕES	181
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL	186
■ COMPREENSÃO DE DADOS APRESENTADOS EM GRÁFICOS E TABELAS.....	186
■ PROBLEMAS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO: CONTAGEM E NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	190
■ FALÁCIAS.....	200
■ NOÇÕES DE ESTATÍSTICA: MÉDIA, MODA, MEDIANA E DESVIO PADRÃO.....	200
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	205
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO MODELO RACIONAL-LEGAL AO PARADIGMA PÓSBUROCRÁTICO.....	205
■ ESTADO OLIGÁRQUICO E PATRIMONIAL, ESTADO AUTORITÁRIO E BUROCRÁTICO, ESTADO DO BEM-ESTAR, ESTADO REGULADOR.....	207
■ TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	210

CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA	210
ACCOUNTABILITY	213
■ EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS	213
■ GESTÃO POR RESULTADOS NA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	215
■ COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO DE REDES ORGANIZACIONAIS	217
■ INTERMEDIAÇÃO DE INTERESSES	220
CLIENTELISMO	220
CORPORATIVISMO	221
NEOCORPORATIVISMO	221
■ POLÍTICAS PÚBLICAS	221
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	221
O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUÇÃO DE AGENDA, FORMULAÇÃO DA POLÍTICA E PROCESSO DECISÓRIO	222
DESCENTRALIZAÇÃO	226
DEMOCRACIA	227
PARTICIPAÇÃO, ATORES SOCIAIS E CONTROLE SOCIAL	228
■ GESTÃO LOCAL, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL	230
CORRUPÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: FATORES QUE INFLUENCIAM A INCIDÊNCIA DE CORRUPÇÃO E FATORES QUE PROMOVEM A QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	233
■ REFORMAS ADMINISTRATIVAS, REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO E REFORMA DO APARELHO DO ESTADO	234
■ REFORMA DO SERVIÇO CIVIL	240
MÉRITO	241
FLEXIBILIDADE	241
RESPONSABILIZAÇÃO	241
■ MUDANÇAS INSTITUCIONAIS	242
CONSELHOS	243
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS)	244
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)	245
AGÊNCIA REGULADORA	246
AGÊNCIA EXECUTIVA	246

CONSÓRCIOS PÚBLICOS	246
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL E CÓDIGO DE ÉTICA	251
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL E CÓDIGO DE ÉTICA	251
REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (RESOLUÇÃO Nº 17/1989 – CD, E ALTERAÇÕES).....	251
REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL (RESOLUÇÃO Nº 1/1970 – CN, E ALTERAÇÕES)	275
Arts. 1º a 71	275
Arts. 134 a 140.....	287
RESOLUÇÃO Nº 3/1990 – CN.....	289
RESOLUÇÃO Nº 1/2002 – CN.....	290
CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	293
CIÊNCIA POLÍTICA.....	301
CIÊNCIA POLÍTICA: TEORIA POLÍTICA.....	301
REGIMES POLÍTICOS	303
SISTEMAS E FORMAS DE GOVERNO	303
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	305
PODERES E RELAÇÕES ENTRE PODERES: EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO	305
SISTEMAS ELEITORAIS	306
TEORIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS	307
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA	308
POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA	308
TEORIA DO ESTADO E FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS	310
FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS	310
HISTÓRIA DO VOTO E DOS PARTIDOS NO BRASIL.....	312
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E GESTÃO	317

■ GOVERNANÇA.....	317
HISTÓRICO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA (PRIMÓRDIOS E GRANDES MARCOS NO MUNDO)	318
CONCEITO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E PRINCÍPIOS (RESPONSABILIDADE, TRANSPARÊNCIA, EQUIDADE E ACCOUNTABILITY)	319
TEORIAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: TEORIA DA AGÊNCIA E TEORIA DOS STAKEHOLDERS	320
ABORDAGEM COMPORTAMENTAL NA GOVERNANÇA	322
GOVERNANÇA E ÁREAS DE CONTROLE: CONTROLES INTERNOS, AUDITORIA E COMPLIANCE.....	325
GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE.....	327
■ ESTRATÉGIA.....	332
CONCEITO	332
FUNDAMENTOS DE ESTRATÉGIA	332
CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA SE DESENVOLVER A ESTRATÉGIA.....	332
QUESTÕES-CHAVE EM ESTRATÉGIA	333
■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E INSTITUCIONAL.....	333
CONCEITOS, MÉTODOS, TÉCNICAS, ESCOLAS E FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	333
ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	338
MODELOS DE GESTÃO	342
ANÁLISE SWOT.....	343
INDICADORES E SISTEMA DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: BALANCED SCORECARD (BSC).....	344
Principais Conceitos e Aplicações	344
Mapa Estratégico	345
Perspectivas.....	346
Temas Estratégicos	347
Objetivos Estratégicos.....	347
Relações de Causa e Efeito.....	348
Indicadores, Metas e Iniciativas Estratégicas.....	348
TIPOS DE INDICADORES.....	349
VARIÁVEIS COMPONENTES DOS INDICADORES	349
■ GESTÃO DE PESSOAS	350
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL.....	353

Relações Indivíduo/Organização	353
Motivação e Desempenho.....	353
Engajamento	354
Trabalho em Equipe	354
Colaboração	357
CLIMA ORGANIZACIONAL.....	358
CULTURA ORGANIZACIONAL.....	360
SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR	361
DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO DE PESSOAL.....	363
Levantamento de Necessidades.....	364
Programação, Execução e Avaliação.....	365
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	367
Abordagens	369
Ferramentas	369
Mapeamento e Desenvolvimento das Competências.....	369
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO.....	370
Interação dessa Atividade com as Demais Funções do Processo de Gestão de Pessoas	370
LIDERANÇA: NATUREZA E ESTILOS DE LIDERANÇA	371
■ GESTÃO POR RESULTADOS NA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	372
■ MÉTRICAS DE AFERIÇÃO DE RESULTADOS.....	372
■ TRABALHO HÍBRIDO	373
■ GERENCIAMENTO DE CONFLITOS.....	374
■ GESTÃO DA MUDANÇA	377
■ GESTÃO DE PROJETOS	378
CICLO DE VIDA E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO	378
PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	380
ÁREAS DE CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETO	381
FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE APOIO AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS	382
PMBOK 7ª EDIÇÃO.....	384
ESCRITÓRIO DE PROJETOS (PMO).....	385
CONCEITOS DE GESTÃO DE PROGRAMAS E DE GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS	386

■ GESTÃO DE PROCESSOS	388
GERENCIAMENTO DE PROCESSOS DE NEGÓCIO (BPM CBOK V.4.0) E TECNOLOGIAS DE BPM	391
Conceitos.....	391
Modelagem de Processos.....	391
Análise de Processos	391
Desenho de Processos.....	391
Gerenciamento de Desempenho de Processos.....	391
Transformação de Processos.....	392
TIPOLOGIA DOS PROCESSOS	392
HIERARQUIA DO PROCESSO	392
Macroprocesso	392
Processo.....	392
Subprocesso	392
Atividades.....	392
Tarefa.....	392
REENGENHARIA DE PROCESSOS	393
ABORDAGENS DE MELHORIA DE PROCESSOS.....	393
NOTAÇÃO BPMN	395
ESCRITÓRIO DE PROCESSOS: CONCEITOS E ATUAÇÃO	396
 NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS.....	401
■ FUNCIONAMENTO DO COMPUTADOR	401
CONHECIMENTOS DOS COMPONENTES	404
Conceitos Básicos de Hardware e Software.....	404
■ NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS 10 E 11)	407
■ MSOFFICE 365	427
WORD.....	427
EXCEL	439
POWERPOINT.....	449
ONEDRIVE	455
SHAREPOINT	456
TEAMS.....	457

■ REDES DE COMPUTADORES.....	463
CONCEITOS BÁSICOS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INTERNET E INTRANET	463
PROGRAMAS DE NAVEGAÇÃO (MICROSOFT EDGE, MOZILLA FIREFOX, GOOGLE CHROME E SIMILARES).....	464
FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO: CORREIO ELETRÔNICO (WEBMAIL, CLIENTE DE E-MAIL)	466
APLICATIVO DE COMUNICAÇÃO: GOOGLE MEET	469
REDES SOCIAIS.....	469
■ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PROCEDIMENTOS DE CÓPIA DE SEGURANÇA (BACKUP).....	470
■ CONCEITOS GERAIS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA DIGITAL	475
COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	475
NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS, PRAGAS VIRTUAIS E AMEAÇAS DIGITAIS (PHISHING, PHARMING)	479
PROGRAMAS DE PROTEÇÃO (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE)	486
■ TECNOLOGIAS EMERGENTES NO SETOR PÚBLICO	490
CONCEITOS BÁSICOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	490
TÉCNICAS DE PROMPTS	491
■ ÉTICA E RESPONSABILIDADE DIGITAL NO SERVIÇO PÚBLICO	491
■ CIÊNCIA DE DADOS: DEFINIÇÃO, IMPORTÂNCIA E APLICAÇÕES.....	493
■ DADOS.....	496
CONCEITOS.....	496
ATRIBUTOS	497
MÉTRICAS.....	499
TRANSFORMAÇÃO DE DADOS.....	499
■ GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO	502

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

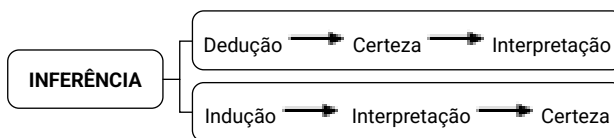
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

LÍNGUA INGLESA

CONHECIMENTO DE VOCABULÁRIO FUNDAMENTAL E DE ASPECTOS GRAMATICAIS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DE TEXTOS

SUBSTANTIVOS

Os substantivos são responsáveis por nomear seres, objetos, lugares, emoções, fenômenos da natureza etc. Quando vamos aprender outro idioma, os substantivos compõem uma classe de palavras crucial para a construção de um bom aprendizado, pois, a partir do conhecimento destes, pode-se constituir um vasto vocabulário.

Podemos classificar os **substantivos simples** em dois grupos: **proper nouns** (substantivos próprios) e **common nouns** (substantivos comuns).

Proper Nouns

Os *proper nouns* referem-se ao que conhecemos na língua portuguesa como “nomes próprios” ou “substantivos próprios”. Desse modo, nomeiam, de modo específico, pessoas, pontos turísticos, instituições, marcas e organizações. Entretanto, há uma diferença interessante entre os substantivos próprios das línguas inglesa e portuguesa: a primeira também considera nome de dias, meses, nacionalidades, idiomas e títulos como *proper nouns*.

EXEMPLOS:	SIGNIFICADOS:
<i>My friend's name is Caroline.</i>	O nome da minha amiga é Caroline.
<i>I was born in London.</i>	Eu nasci em Londres
<i>I have English exams on Mondays.</i>	Eu tenho provas de inglês às segundas-feiras.
<i>My boyfriend arrives in July.</i>	Meu namorado chega em julho.
<i>My dentist is Brazilian.</i>	Meu dentista é brasileiro.

Common Nouns

Os *common nouns*, como o próprio nome indica, nomeiam as coisas e os objetos em geral. Além disso, podem fazer referência a objetos físicos, subjetivos, abstratos, contáveis, incontáveis, compostos ou não. Observe os exemplos em suas diferentes categorias:

COMMON (COMUNS)	SIGNIFICADO
Tree Leaf Flower Grass Dirt	Árvore Folha Flor Grama Terra
CONCRETE (CONCRETOS)	SIGNIFICADO
Chair Fantasy Armor Bee Dream	Cadeira Fantasia Armadura Abelha Sonho
COLLECTIVE (COLETIVOS)	SIGNIFICADO
Kennel People Shoal Herd Grove	Canil Pessoas Cardume Manada Arvoredo
ABSTRACT (ABSTRATOS)	SIGNIFICADO
Love Hate Encouragement Kindness Spirit	Amor Ódio Encorajamento Bondade Espírito
COUNTABLE (CONTÁVEIS)	SIGNIFICADO
Table Pencil Pillow Door Pen	Mesa Lápis Travesseiro Porta Caneta
UNCOUNTABLE (INCONTÁVEIS)	SIGNIFICADO
Bread Water Advice Information Rice	Pão Água Conselho Informação Arroz
COMPOUND (COMPOSTOS)	SIGNIFICADO
Scuba-diving Stepson Newsstand Train station Rollercoaster	Mergulho Enteado Banca de jornal Estação de trem Montanha Russa

Compound Nouns

Os *compound nouns*, por sua vez, são “substantivos que se formam através da junção de duas ou mais palavras diferentes, envolvendo diferentes classes morfológicas ou não” (CAMPOS, 2010, p.33). Por exemplo:

- **Substantivo + Substantivo:** *bookseller* – livreiro;

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL)

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO MODELO RACIONAL-LEGAL AO PARADIGMA PÓSBUROCRÁTICO

O modelo racional-legal, conhecido simplesmente como modelo burocrático, foi desenvolvido por Max Weber como uma resposta aos modelos anteriores de administração, que eram patrimonialistas e clientelistas.

Esses sistemas antigos misturavam o público e o privado, com o Estado sendo administrado quase como uma propriedade pessoal do governante, o que resultava em corrupção, favoritismo e ineficiência. Assim, a burocracia de Weber veio para organizar o Estado de maneira mais racional, impessoal e eficiente.

Dentre as principais características do modelo racional-legal, destacam-se:

- **Formalização e regras escritas:** nesse modelo, a Administração Pública é regida por normas claras e regulamentadas, ou seja, deve seguir regras estabelecidas para todos os procedimentos, desde a contratação de servidores até a execução de serviços. Essas normas garantem que o serviço público seja previsível e padronizado, evitando abusos. Um exemplo é o concurso público para seleção de servidores; em vez de contratar pessoas com base em relacionamentos pessoais (como acontecia no patrimonialismo), as vagas são preenchidas a partir de critérios objetivos, como provas e concursos, assegurando que os melhores candidatos sejam escolhidos;
- **Divisão do trabalho e especialização:** o trabalho é dividido em funções específicas, sendo que cada servidor tem uma função bem definida e especializada, o que deveria aumentar a eficiência. Para ilustrar, pense no caso de um departamento de saúde pública; dentro do ministério, há servidores especializados em áreas diferentes: alguns cuidam de políticas de combate a doenças, outros de gestão de hospitais e outros de campanhas educativas. Cada um tem sua função específica e deve seguir regras que guiam seu trabalho;
- **Hierarquia:** a estrutura burocrática tem vários níveis de autoridade. Cada funcionário responde a um superior, e essa cadeia de comando é rigorosamente seguida. Em um ministério, por exemplo, o ministro da Saúde está no topo da hierarquia, seguido pelos secretários, diretores e assim por diante, até os funcionários em níveis mais operacionais. Decisões estratégicas são feitas no topo, e as ordens descem até os níveis mais baixos da estrutura;

- **Impessoalidade:** as decisões são baseadas em regras, e não em relacionamentos pessoais. Assim, independentemente dos contatos que uma pessoa tenha no governo, o tratamento recebido deve ser o mesmo para todos. Por exemplo, se alguém deseja abrir uma empresa, o processo de obtenção de alvarás e licenças deve seguir as mesmas regras para todos, sem importar o prestígio ou a influência social de quem faz o pedido;
- **Carreira baseada no mérito:** a ascensão dos servidores públicos é baseada em critérios objetivos de desempenho, e não em favoritismos ou ligações pessoais. Por exemplo: um servidor público pode ser promovido para uma função de chefia com base em sua qualificação, experiência e desempenho ao longo dos anos, e não por ser amigo de um político ou de outro gestor.

Com o passar do tempo, várias críticas surgiram sobre esse modelo. Apesar de ele ter ajudado a organizar o Estado e a melhorar a eficiência, também criou problemas.

Dentre os problemas, é possível citar a **rigidez**, uma vez que as regras, na maioria das vezes, são tão detalhadas e complexas que tornam o sistema lento e pouco adaptável às mudanças. Assim, os processos podem demorar muito, já que os servidores devem seguir todas as etapas burocráticas, mesmo quando não há necessidade prática.

O modelo também poderá apresentar **falta de flexibilidade**; como tudo é muito regulamentado, os servidores têm pouca margem para inovar ou adaptar o serviço público às necessidades imediatas da sociedade.

Por fim, também pode apresentar **distanciamento dos cidadãos**, uma vez que o modelo burocrático é tão impessoal que pode alienar o cidadão, dando-lhe a impressão de que o Estado é uma máquina fria, com pouca sensibilidade para suas necessidades reais.

REFORMAS DO ESTADO E A NOVA GESTÃO PÚBLICA: O PARADIGMA PÓS-BUROCRÁTICO

Diante das críticas ao modelo burocrático, surgiu a necessidade de reformar o Estado. Na década de 1980, muitos países enfrentaram crises fiscais, ou seja, dificuldades para financiar suas atividades. O Estado cresceu muito ao longo das décadas anteriores, tornando-se caro e ineficiente.

Nesse contexto, emergiu um movimento chamado **Nova Gestão Pública**, que procurou trazer princípios do setor privado para dentro do governo, como a busca por eficiência, foco em resultados e flexibilidade. Nesse sentido, a ideia era tornar o Estado mais eficiente, focado em entregar serviços de qualidade ao cidadão e menos atado às regras burocráticas.

No Brasil, um exemplo importante desse movimento foi a Reforma Gerencial liderada por Luiz Carlos Bresser-Pereira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990. Essa reforma introduziu a ideia de que o Estado deveria ser mais ágil e orientado para resultados, buscando maior eficiência.

Embora o modelo racional-legal tenha sido um avanço em relação às práticas patrimonialistas e clientelistas que predominavam no passado, ele começou a mostrar sinais de rigidez excessiva e desconexão com as demandas da sociedade em rápida transformação, especialmente no contexto do final do século XX.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL E CÓDIGO DE ÉTICA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL E CÓDIGO DE ÉTICA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS (RESOLUÇÃO Nº 17/1989 – CD, E
ALTERAÇÕES)

O material a seguir aborda a Resolução nº 17, de 1989, a qual aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Trata-se, sem dúvidas, do dispositivo mais importante para a prova, entre os regimentos e resoluções internas, devendo realizar-se um estudo bem atento e repetitivo, não bastando a leitura apenas uma vez.

São quase 300 artigos, com muitas informações a serem absorvidas — e, em grande parte, absorção no sentido de memorizar os dispositivos, dado que a cobrança em prova será pela literalidade da lei.

Os comentários visam complementar o estudo e, principalmente, alertar das informações principais e do que deve ser diferenciado ao memorizar. Estudar regimento interno é muito cansativo e dificultoso, pois a simples leitura do regimento, sem as indicações de apoio, não alcança bom rendimento ao realizar questões, pois os detalhes passam despercebidos.

Importante!

Perceberemos que as ordens e sequência de artigos, parágrafos ou incisos sofrerão alteração; não se preocupe, não se trata de erro, mas de uma seleção de dispositivos, filtrando e eliminando aqueles que já estão revogados e que não possuem pertinência para concurso público, reduzindo a carga de leitura desnecessária e otimizando o estudo dos conteúdos mais relevantes.

Disposições Preliminares

● Da Sede

Art. 1º A Câmara dos Deputados, com sede na Capital Federal, funciona no Palácio do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Câmara poderá, **por deliberação da Mesa, ad referendum da maioria absoluta dos Deputados**, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso no território nacional.

A sede da Câmara dos Deputados é Brasília, a Capital Federal, funcionando no denominado Palácio do Congresso Nacional.

Nos termos do parágrafo único, poderá a Câmara se reunir em outro local, até mesmo fora do país, desde que por deliberação da Mesa da Câmara dos Deputados, referendado por maioria absoluta dos deputados.

No decorrer do estudo, iremos nos deparar com alguns quóruns de maioria absoluta e outros de maioria relativa. Sempre que o texto disser “maioria absoluta” ou “relativa”, fique atento, pois se trata da “pegadinha” mais comum em provas de concurso.

● Das Sessões Legislativas

Art. 2º A Câmara dos Deputados reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

II - extraordinárias, quando, com este caráter, for convocado o Congresso Nacional.

§ 1º As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho, enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pelo Congresso Nacional.

§ 4º Quando convocado extraordinariamente o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação.

As sessões legislativas podem ser ordinárias e extraordinárias. As ordinárias perduram pelo lapso temporal entre os recessos, 2 de fevereiro a 17 de julho e 1º de agosto a 22 de dezembro. A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é requisito para encerramento da sessão no dia 17 de julho; caso não haja aprovação da LDO, os parlamentares não entrarão de recesso.

As extraordinárias serão convocadas para fins determinados na convocação, e não poderão deliberar outro tema senão o que ensejou a convocação. Exemplos de sessões extraordinárias são as convocadas para apreciar decreto de intervenção federal ou estado de defesa.

● Das Sessões Preparatórias

As sessões preparatórias são a primeira e terceira sessões ordinárias da legislatura, para a posse dos deputados e para a eleição da Mesa da Câmara dos Deputados.

CIÊNCIA POLÍTICA

CIÊNCIA POLÍTICA: TEORIA POLÍTICA

A ciência política é o ramo do conhecimento que se dedica ao estudo das estruturas, processos e dinâmicas que envolvem o exercício do poder. Em outras palavras, é a ciência social que tem como **objeto central** de estudo o **poder**, abrangendo, pois, a análise do Estado, de suas estruturas, elementos e organizações.

Assim como as demais ciências sociais, a ciência política aborda seu objeto de estudo de forma teórica e qualitativa, **emprestando conhecimentos de outras áreas**, tais como o direito, a geografia, a economia, a história, a sociologia etc.

A ciência política tem **origem na filosofia política**, um ramo da filosofia que possui como foco as relações entre os indivíduos e a sociedade.

Como **disciplina**, a ciência política **surge na metade do século XIX**, sobretudo na Itália, Alemanha e França.

Já o termo “ciência política” surge em 1880, cunhado por Herbert Baxter Adams, professor da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.

Apesar de ser relativamente nova como ciência, seu estudo tem antecedentes na Antiguidade, na Grécia Antiga, com pensadores como Aristóteles e Platão, e em Roma, com Cícero, Plutarco e Lívio. Ao longo do tempo, recebeu contribuição de nomes como o de Nicolau Maquiavel, seu maior expoente e autor da obra *O Príncipe* (1532), Montesquieu e Tocqueville, dentre outros.

A importância da ciência política é fornecer elementos de conhecimento sobre temas políticos do mundo real, obtidos de forma indutiva e sistematicamente organizada (ou seja, de forma científica).

Em 1948, um grupo de cientistas políticos reunidos na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) delimitaram o campo da ciência que passou a englobar:

- a teoria política e a história das ideias políticas;
- instituições políticas (constituição, governo e administração);
- partidos e grupos de opinião pública; e
- relações internacionais (política, organização e direito internacionais).

TEORIA POLÍTICA

O estudo da teoria política inclui a análise de conceitos da ciência política (que também são estudados pela teoria do Estado e pelo direito constitucional, sob uma ótica diferente) e a história das ideias políticas.

Dentre os conceitos mais críticos para a teoria política estão o de Estado, o de poder e o de legitimidade.

Estado

Não existe um conceito único e satisfatório sobre o que é o Estado. A acepção do termo, em realidade, reside em uma criação do homem, se desenvolvendo

com base em conceitos políticos, filosóficos e jurídicos de épocas específicas, com a finalidade de dar respaldo às atitudes de quem detém o poder.

Apesar de a configuração política da sociedade, denominada de **Estado**, ser conhecida desde os primórdios, nem sempre teve esta alcunha, tampouco com o mesmo sentido: são exemplos a **pólis grega** (cidade-estado da Grécia Antiga) e a república romana, que deu origem ao que se entende hoje por república. Assim, o uso da palavra “Estado” no sentido utilizado atualmente remete à Idade Moderna, com o surgimento das monarquias absolutistas.

Nesse sentido, o responsável por revolucionar o conceito de Estado foi Maquiavel, que desprezou os valores humanos, inclusive os de caráter moral e religioso. Ele também elaborou a ideia de que apenas a formação de uma autoridade forte é apta a instituir a ordem e a paz. Ainda nesse viés, sua obra *O Príncipe*, escrito em 1513, mas publicado em 1532, configura um manual político sobre a estrutura do Estado moderno. O texto discute o modo como o soberano deve proceder para conservar seu reino, bem como adverte o povo sobre tais artifícios usados pelo príncipe para se sustentar no poder.

Assim, o Estado é apenas uma ideia criada pelo homem e aprimorada por diversas teorias que tentam resolver sua origem sob a perspectiva histórico-sociológica e sob o ângulo racional. Para tanto, tais teorias que buscam explicar o Estado de uma maneira histórico-social, são apenas suposições, por serem baseadas em raciocínio hipotético, de forma que, normalmente, estão agrupadas em: teoria da origem familiar, teoria da origem patrimonial e teoria da força.

Para a teoria da origem familiar, o Estado nada mais é do que uma derivação da família nuclear; uma vez que esta instituição, a familiar, é a primeira amostra de organização política. O sustento dessa assertiva se encontra em duas situações: o Estado, cuja origem é matriarcal, e o pilar patriarcal, no qual o homem exerce soberania absoluta. Primeiramente, a teoria matriarcal se baseia na análise histórica da sociedade, a qual sustenta que a organização primitiva da sociedade tinha a mulher como centro; em contrapartida, a teoria patriarcal — que fora reafirmada pelos doutrinadores gregos e pelo direito romano — teve sua origem na Bíblia e se baseia na união econômica como forma de proteção da propriedade e como meio de regular as relações patrimoniais. O alicerce é encontrado nos ensinamentos de Platão, e no fato de que o direito de propriedade é anterior ao próprio Estado.

Finalmente, existe a teoria da força, que afirma que o Estado é apenas consequência do poder de dominação do “mais forte sobre o mais fraco”. Dessa forma, o poder público surgiu como forma de regular a relação entre os indivíduos e eliminar os conflitos travados entre estes, de forma a evitar a submissão dos vencidos aos vencedores. Ainda, entre os teóricos que embasam essa teoria, encontra-se Thomas Hobbes, autor do livro *Leviatã*, publicado em 1651, que explica a origem do Estado como resultado do contrato existente entre os homens para evitar o estado de natureza, ou seja, a guerra de “todos contra todos”.

Poder

Outro ponto de grande relevância para a ciência política é **o fato de que sempre houve a necessidade de se justificar o poder que é exercido pelo Estado**,

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E GESTÃO

GOVERNANÇA

Os conceitos de governabilidade e governança são complementares e possuem um vínculo quase que indissolúvel, por isso, é importante, antes de tudo, diferenciarmos ambos! Em termos mais amplos, temos podemos dizer que:

Governança diz respeito à capacidade de colocar em **prática** (executar) as decisões tomadas e de **implementar** as políticas públicas. Refere-se à capacidade técnica e gerencial. Ou seja, é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos;

Governabilidade — lembre-se de “governar”, e o que é governar? Dirigir condutas individuais e coletivas que envolvem poder e liberdade. Governabilidade são as condições para o exercício desse **poder**. Diz respeito à **capacidade política** de governar. Envolve a legitimidade, as relações de poder e a capacidade política. (Governabilidade envolve Legitimidade). Se existe, por exemplo, **apoio** da sociedade para governar, tem governabilidade.

Ou seja, perceba que “governabilidade” diz respeito ao poder político em si que, em tese, deve ser legítimo e contar com o apoio da população!

Em outras palavras, um governo tem governabilidade à medida em que seus dirigentes possuem apoio político para governar. Existem condições substantivas e materiais para exercício do poder.

Por isso que, ao lembrar de governabilidade, temos que lembrar de **legitimidade**.

Segundo Braga *et al.* (2008, p. 9), os governos legítimos têm:

*Constituição e leis duradouras em espírito e ações.
Trata cidadãos imparcialmente, respeita os indivíduos e a comunidade. Senso de segurança mantido.
Tomada de decisões transparente.
Uso do poder coercivo.
Interesse coletivo protegido de ganhos privados.
Constrói e mantém a confiança nas instituições públicas.*

O maior desafio da governabilidade é conciliar (alinhar) interesses divergentes dos mais diversos atores. Por isso é tão importante manter a capacidade de articulação em forma de alianças políticas ou pactos sociais, por exemplo. Ou seja, é importante fazer uma “intermediação de interesses”, que pode ser por meio do clientelismo (concessão de benefícios públicos em troca de apoio político) ou corporativismo (ação sindical/política em prol da defesa dos interesses ou privilégios de um setor organizado da sociedade), por exemplo, visando obter apoio e fortalecer a governabilidade (legitimidade).

Agora voltemos ao nosso foco: **governança**!

Segundo Paludo (2010, p. 139), “No contexto da reforma do aparelho do Estado, iniciada em 1995, constatou-se que o “problema” do Brasil estava na governança e não na governabilidade” (ou seja, a questão não era falta de apoio político ou popular, mas falta de capacidade técnica-operacional).

O próprio texto do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado — PDRAE (1995) menciona que o Governo brasileiro não carece de “governabilidade”, ou seja, **não** carece de poder para governar. Existe legitimidade democrática e o apoio da sociedade civil. Porém, costuma enfrentar um problema de **governança**, visto que sua capacidade de implementar as políticas públicas **limita-se** pela ineficiência e rigidez da máquina administrativa.

Nesse aspecto, a reforma gerencial pretendia devolver ao Estado a **capacidade de governar**. O PDRAE (1995) entendia que “reformular o aparelho do Estado” tinha a ver com garantir maior governança (maior capacidade de governar, maior condição de implementar as políticas públicas).

Como vimos anteriormente, **governança** refere-se à capacidade de colocar em **prática** (executar) as decisões tomadas e de **implementar** as políticas públicas. Diz respeito à capacidade técnica e gerencial, isto é, a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos.

É a capacidade de **governar**, de **decidir** e **implementar** políticas públicas. É o braço operacional (instrumental) da governabilidade. Ou seja, tem a ver com a capacidade:

- financeira;
- administrativa;
- gerencial;
- técnica.

Ainda segundo Paludo (2010, p. 145), a governança envolve o modo/forma por meio do qual o Governo:

- se organiza para prestar serviços à sociedade;
- gerencia os recursos públicos;
- divulga suas informações;
- se relaciona com a sociedade civil;
- constrói os arranjos/acordos institucionais necessários à implementação das políticas públicas.

É possível afirmar que uma “boa governança” fortalece a legitimidade do Governo e acaba favorecendo sua governabilidade.

Pode existir governabilidade e pouca (ou nenhuma) governança, porém **não** é possível existir governança sem governabilidade (a governança pressupõe condições mínimas de governabilidade).

De novo: sem governabilidade é **impossível** a governança, segundo Bresser Pereira (1998, p. 83). Ou seja, a governabilidade pode existir “sozinha”. Mas a governança depende da governabilidade para existir. Um governo pode ser legítimo, mas ter pouca capacidade técnica e gerencial. Porém, não adianta ter capacidade técnica e gerencial e não ter legitimidade (apoio da sociedade civil, por exemplo).

Segundo Paludo (2010, p. 146), outro termo recente é a governança eletrônica, que abrange o termo Governo Eletrônico. Ou seja, as novas tecnologias vêm fortemente sendo utilizadas como instrumentos para o incremento da governança pública. Fazem parte dessa governança:

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

FUNCIONAMENTO DO COMPUTADOR

O computador é um dispositivo eletrônico formado por componentes altamente integrados. Ele é a evolução de uma máquina mecânica, que, no passado, foi utilizada para a realização de tarefas repetitivas, envolvendo cálculos matemáticos. O computador apresenta alto grau de precisão e previsibilidade. Se foi programado para somar os valores A e B, apresentando C como resultado, sempre que forem informados A e B, o resultado será C.

Diversos textos identificam épocas diferentes para o surgimento de equipamentos relacionados à história do computador. A história antiga é uma disciplina em constante atualização a cada nova descoberta. Vamos nos deter aos elementos essenciais dos dispositivos, que foram importantes para o computador da atualidade.

O **ábaco** é um instrumento de cálculo que combina posições de pedras em linhas sequenciais, utilizado desde o surgimento das operações básicas de cálculo até os dias atuais por estudantes e entusiastas. O sequenciamento das posições numéricas é usado nos processadores para operação bit a bit. Datado de aproximadamente 3000 a.C., atribui-se a origem aos babilônicos.

O **mecanismo de Anticítera** era usado para calcular a partir de calendários as posições astronômicas, eclipses e astrologia. A previsibilidade dos resultados é utilizada nos processadores para validação do resultado obtido nas operações.

Blaise Pascal, notável matemático da Idade Média, desenvolveu a **Pascalina** (*Le pascaline*), um instrumento matemático considerado a primeira calculadora mecânica do mundo, para a realização de adição e subtração. Os processadores utilizam adições sucessivas para realização de multiplicação, e adição com negativos para realização de subtrações, inspirados nos princípios da antiga Pascalina.

No entanto, foi ele quem inventou o sistema binário? Não. Outro inventor contemporâneo (1673), o matemático alemão Gottfried Wilhelm **Leibniz**, foi quem criou um modelo capaz de multiplicar, dividir e extrair raízes quadradas. Nascia o sistema binário, utilizado até hoje nos dispositivos computacionais.

Dos teares da França veio uma contribuição relevante para a computação atual, que eram os cartões metálicos perfurados dos **teares de Jacquard**. A programação dos teares, a partir de comandos automáticos das operações repetitivas, gravadas em cartões metálicos “de memória” (furados ou não), determinava o que a máquina iria realizar.

Como podemos observar, cada dispositivo contribuiu com um detalhe importante para o computador moderno.

O grande salto em direção ao computador veio com a **máquina diferencial** (e analítica) de Charles Babbage. Com ela, o cálculo sucessivo de diferenças entre conjuntos de números, combinando o princípio dos cartões perfurados do Tear de Jacquard com o sistema binário de Leibniz.

As propostas anteriores foram melhoradas e Herman Hollerith apresentou, no final do século XIX, a **máquina de Hollerith**, para o processamento das perfurações dos cartões do censo demográfico nos Estados Unidos. Ele fundou a empresa que, associada a outras, se tornou a gigante IBM.

Nos anos 1930, o engenheiro alemão Konrad Zuse construiu o computador **Z1**. A mudança em relação aos inventos anteriores se deu pela flexibilidade de cálculos, usando o sistema binário para calcular qualquer operação matemática e armazenar os resultados em uma memória. O princípio de funcionamento por luzes foi utilizado a seguir pelos ingleses na Inglaterra da Segunda Guerra Mundial.

Os ingleses construíram o Colossus, e os americanos, o Mark I. Basicamente, eram computadores destinados a decodificar o código secreto dos inimigos de guerra. Derivado deles, surgiu o ENIAC (*Electronic Numeral Integrator e Calculator*) para cálculos matemáticos, dispensando o trabalho de centenas de pessoas (1946).

O modelo de construção do ENIAC, que utilizava válvulas, resistências e interruptores foi rapidamente superado pela novidade chamada de transistor. A redução do tamanho foi acompanhada pela principal mudança interna de sua arquitetura, proposta pelo matemático John von Neumann, que sugeriu que o computador armazenasse e executasse programas diferentes.


A **arquitetura de von Neumann** se tornou o modelo do computador moderno, e o EDVAC (1949) foi o primeiro computador com programa armazenado em memória.

Importante!

A arquitetura de von Neumann é o padrão atual para os dispositivos computacionais. Já existem estudos e projetos de computadores quânticos, utilizados por grandes empresas, como a Google, mas que estão longe de nossas residências por questões de preços proibitivos.

De acordo com as características tecnológicas dos computadores, foram organizadas as “gerações” dos dispositivos computacionais, listadas na tabela.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO